

Brasil não pagará

Nelio Rodrigues

nomia

Jornal de Brasília

dívida por 90 dias

EXTERNA

O governo decidiu suspender por três meses o pagamento dos juros da dívida externa brasileira como estratégia para o reinício das negociações do principal da dívida, acertado em setembro do ano passado, pelo qual os banqueiros privados concordaram em congelar as amortizações da dívida até meados de março deste ano.

A decisão adotada unilateralmente ontem pelo governo brasileiro e que está sendo anunciada hoje aos banqueiros credores do Brasil, em Washington, pelo Embaixador nos Estados Unidos, Marclio Marques Moreira, será explicada hoje pelo presidente José Sarney, num pronunciamento pelo rádio e a televisão.

Em seu pronunciamento, o presidente José Sarney vai procurar o respaldo da sociedade para as alternativas que o Brasil deverá apresentar aos credores ao longo das negociações da dívida nos próximos meses. Entre elas, está à posição brasileira adotada, por antecipação, de que «o Brasil só pagará aquilo que o orçamento permitir: no máximo 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Pagamento seletivo

A suspensão do pagamento dos encargos da dívida, que consome aproximadamente US\$ 8 a 9 bilhões por ano, não atinge os bancos oficiais, empréstimos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco In-

teramericano de Desenvolvimento (BID), e aquelas instituições que mantiveram um fluxo regular de operações creditícias com o Brasil, seja em termos de financiamentos, mesmo que reduzidos, ou créditos comerciais.

O prazo de 90 dias vem sendo considerado, pelo governo, como um período tecnicamente razoável para encontrar-se uma solução para o encaminhamento da dívida, sem causar grandes danos no mercado financeiro internacional. E também um prazo politicamente favorável a que os credores brasileiros encontrem uma fórmula de recebimento da dívida que mais se aproxime com os interesses e possibilidades brasileiros. No final deste período, se ainda persistirem dúvidas, esse prazo poderá ser prorrogado.

O governo brasileiro vai dispor ainda de um trunfo nas negociações; manterá depositado no Banco Central, em cruzados, a quantia de recursos equivalente ao montante dos encargos em dólares. Com isso, o governo ficará com a alternativa de poder oferecer a possibilidade de transformação de parte da dívida em investimentos no país. De outro lado, evita pressão sobre a base monetária, mantendo a obrigação das empresas brasileiras a manter recolhimentos da parcela de suas dívidas ao Banco Central.

Consultas prévias

As decisões de cancelar o pagamento dos juros pode ser considerada como uma das poucas na área econômica nos últimos 20 anos em que os líderes dos partidos políticos e parlamentares foram previamente consultados. Sarney recebeu nos últimos dias e, particularmente, ontem um grande número de deputados isoladamente, com quem falou sobre a questão da dívida. Acertou também apoio ao governo com bancadas inteiras do PFL e do PMDB. Só não foram consultados diretamente políticos, como o Senador Roberto Campos e aqueles partidos que são manifestadamente contrários ao governo.

No Palácio do Planalto ontem foi um dia de inteira reserva por parte dos assessores presidenciais, contrariamente ao que havia ocorrido na quarta-feira, quando alguns manifestaram-se a respeito da decisão unilateral do Brasil como uma possibilidade eminente em discussão do Presidente Sarney e do ministro Dilson Funaro com o embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

Até o final da noite, o Secretário de Imprensa, Frota Netto, continuava a negar oficialmente a suspensão do pagamento dos juros, quando extra-oficialmente a notícia já circulava desde o dia anterior.